

EVIDENCIANDO AS INTENCIONALIDADES DO PNLL E PNL: POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO E LEITURA DO BRASIL E PORTUGAL

Everton da Silva Camillo¹
Claudio Marcondes de Castro Filho²

Resumo: Objetivou-se apresentar as intencionalidades do português Plano Nacional de Leitura (PNL) e do brasileiro Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) para seus respectivos âmbitos sociais. Para tanto, realizou-se um estudo qualitativo, exploratório e documental. Metodologicamente, utilizou-se o método de pesquisa Análise de Conteúdo. Utilizou-se sua técnica de análise temática. Obteve-se como resultado que as intencionalidades do PNL são atingir melhores *scores* nacionais e internacionais em leitura e vincular as bibliotecas públicas às escolares. Já as intencionalidades do PNLL são realizar eventos, criar e manter bibliotecas e espaços de leitura, focar profissionais da cadeia produtiva do livro, circular obras não restritivas, focar a bibliodiversidade, focar a projeção de autores lusófonos, elaborar planos do livro e leitura, realizar incentivos com prêmios e com a concessão de bolsas de estudo. As intencionalidades encontradas na intersecção de ambos os documentos são promover a leitura para que haja desenvolvimento social, assegurar a prática leitora por meio da criação de instrumentos de aferição de leitura e qualificar profissionais do universo da leitura, com foco nos mediadores desta. Concluiu-se que embora a PNL tenha menos expressividade no que diz respeito às suas intenções, isso não tem relação com entender que esta seja menos efetiva que a PNLL, o que demanda uma nova investigação com novo objetivo.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Livro. Leitura. Brasil. Portugal.

1 INTRODUÇÃO

Quando o assunto ‘promoção da leitura’ está em evidência, e quando, concomitantemente, trazemos Portugal à mente, nota-se que o país enfrentou diversos desafios para estimular a leitura por meio de uma política pública que tivesse expressividade e notoriedade no país nas últimas décadas. Essa política pública, denominada Plano Nacional de Leitura (PNL), se consolidou a partir de uma investigação desenvolvida no país, que evidenciou as deficiências e insuficiências no domínio das competências de leitura anos antes da publicação da PNL, que ocorreu em 2006. Em meio a uma nova lógica de trabalho em prol da educação e cultura, Portugal olhou para os livros como fontes de conhecimento e de aprendizagem que ofertam diferentes saberes e culturas para munir pessoas de crítica e reflexão ao longo da vida (SANTOS; NEVES; LIMA; CARVALHO, 2007).

No caso do Brasil, ao longo dos anos o país enfrentou muitos desafios para estimular a leitura em todo o seu território. O enfrentamento dessa situação levou o país a criar a Lei nº 10.753/2003, que instituiu a Política Nacional do Livro (PNL), cujo principal objetivo é disseminar e aumentar a produção de livros a

¹ Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: everton.camillo@unesp.br

² Doutora e Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: claudiomarcondes@ffclrp.usp.br



um preço mais acessível para os cidadãos. Contudo, após tal evento, o poder público brasileiro percebeu que o acesso aos livros *per se* não era suficiente para aumentar o número de leitores no Brasil, sendo necessário, primeiramente, valorizar o ato de ler. Após isso, o Decreto de nº 7.559/2011 foi criado.

Esse decreto dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), uma política pública de promoção do livro, leitura e bibliotecas vista como um ato fundamental para o desenvolvimento humano, social e cultural dos brasileiros.

O PNLL é uma “[...] Política de Estado [que] se traduz em amplos programas do governo, com coordenações interministeriais devidamente articuladas com estados, municípios, empresas e instituições do terceiro setor [...]” (BRASIL, 2010, p. 2, acréscimo nosso).

Manevy (2010) destaca que desde 2006 o PNLL é um projeto que une os Ministérios da Cultura e Educação, uma parceria interministerial que objetiva solidificar uma política que democratize o acesso ao livro e o prazer à leitura.

Diante da exposição das políticas públicas PNL de Portugal e PNLL do Brasil, torna-se clara a questão norteadora do estudo: embora o PNL e o PNLL tenham objetivos próximos às suas respectivas sociedades, quais são as suas intencionalidades?

Mediante a questão-problema da pesquisa, objetivou-se apresentar as intencionalidades do PNL de Portugal e do PNLL do Brasil para seus respectivos âmbitos sociais. Para tanto, algumas ações específicas foram delimitadas, a saber:

- Criar categorias *a posteriori*;
- Categorizar o conteúdo das políticas públicas PNL e PNLL;
- Elaborar imagens e gráficos para representar as informações.

O estudo tem como características ser qualitativo, exploratório e documental. O uso da técnica de análise temática do método de pesquisa Análise de Conteúdo foi determinante para objetivar a pesquisa.

2 OLHARES SOBRE A LEITURA E O TESTE PISA NO BRASIL E EM PORTUGAL

No é de hoje é que a leitura, o hábito da leitura, o ato de ler e tantos outros sinônimos são protagonizados em pesquisas científicas das diferentes áreas. Isso se deve, provavelmente, à necessidade que os seres humanos têm de ler e atribuir sentidos àquilo de lhes chegam por meio dos sentidos, além de, por meio da leitura, vivenciar, sonhar, crer, se relacionar, se identificar, se emocionar. A leitura é um bem essencial indispensável, uma competência básica necessária a todos os cidadãos para sua plena realização como indivíduos na sociedade contemporânea, em qualquer circunstância da vida.

A leitura é fator determinante no acesso às obras literárias e artísticas e suas riquezas culturais, na interpretação da informação disponibilizada pelos meios de comunicação, na formação e manifestação do juízo crítico e no desenvolvimento e circulação do conhecimento.

Destaca Alçada (2006) que “[...] para viver com autonomia, com plena consciência de si próprio e dos outros, para poder tomar decisões face à complexidade do mundo atual, para exercer uma cidadania ativa, é indispensável dominar a leitura.” (p. 11).

Vista de outro ângulo, a leitura contempla uma necessidade e um prazer. A necessidade é aquela de conhecer outro(s) mundo(s) e de se mover nele(s). Esse(s) mundo(s) é/são a(s) sociedade(s), mas também são os pensamentos, as memórias, as vivências e experiências daqueles que habitam no(s) primeiro(s).

Quanto ao prazer na leitura, este vem por motivar a curiosidade e por passar por experiências de satisfação pessoal com as histórias e narrativas, em qualquer suporte de leitura, ao se entregar à informação registrada à qual se atribui sentido ao ler.

A leitura, de longe, pode ser compreendida como um bem indispensável a vida, pois ela ocupa um lugar de destaque na atual sociedade. Desenvolvê-la está em consonância com a competência básica necessária a todos os cidadãos para realizarem-se plenamente como indivíduos na sociedade. Logo, a leitura é percebida como um dos principais alicerces na sociedade da informação e do conhecimento, pois, por meio dela, caminhos são trilhados para que o sujeito social possa agir ativamente na atual sociedade civil organizada.

Para Witter (1989), a leitura é como um processo de desenvolvimento, presente na vida de todo homem, que se torna para cada pessoa uma experiência diferente. É por meio dela que a cidadania ganha contornos mais nítidos, pois, sabendo de si, do seu lugar, do seu país, o leitor pode saber também do outro, da comunidade em que está inserido, e assim ele pode criar, reivindicar, dizer sobre o seu tempo e espaço, e ampliar seu conhecimento de mundo e acesso às diferentes formas de comunicação necessárias na vida em sociedade (MELLO; MACHADO, 2008).

Silva (2011) sinaliza que com a leitura se adquire novas informações e, conseqüentemente, isso incide em expansão de horizontes.

Chartier (1999) leva em conta que “[...] a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços, em hábitos.” (p. 13). Fica a critério de cada leitor a sua interpretação e intervenção no espaço, inclusive com a participação de outros leitores, que tecem, em meio aos discursos de outrem, narrativas convergentes.

Rocco (1994) infere que “[...] a leitura não se constitui de ato solitário, pois o indivíduo, ao ler um texto, interage não propriamente com o texto, mas com os leitores virtuais criados pelo autor e também com esse próprio autor.” (p. 39).

Mesmo que a interpretação do leitor seja de âmbito pessoal, em virtude das suas vivências, é fundamental haver ferramentas que possibilitem uma arqueologia dos diferentes modos de ler, pois “[...] ler abre espaço para que o sujeito ressignifique o seu arquivo, rearticule a rede da memória em que está preso ou à qual se filia e, dessa forma, produza sentidos a partir da posição que ocupa e do contexto em que está inserido.” (ROMÃO; PACÍFICO, 2010, p. 12).

Nas últimas décadas, diversos estudos acadêmicos avaliaram a leitura como uma competência necessária ao cotidiano das pessoas e elaboraram instrumentos de medida com base em novos conceitos, como ‘literacia’ e ‘hábitos de leitura’, que, por sua vez, possibilitaram diagnosticar o estado da competência em leitura nos vários países.

Para o *Programme for International Student Assessment (PISA)*, ou Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, a ‘literacia’ trata da competência dos alunos na decodificação, interpretação, compreensão e utilização de textos escritos para alcançar tanto objetivos pessoais quanto aquisição de conhecimento e participação na sociedade.

A avaliação do PISA, que mede o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de leitura, matemática e ciências, tem como objetivo produzir indicadores para a discussão da qualidade da educação básica; indicadores que, ao final, possam contribuir para corroborar a formulação e melhoria de políticas públicas na área de educação.

O PISA 2015 avaliou cerca de 540 mil estudantes de 15 anos de idade em 72 países. Nas três áreas avaliadas – ciências, leitura e matemática – os estudantes brasileiros tiveram desempenho abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O relatório do PISA 2015 também revelou que, dentre os 72 países, o Brasil posicionou-se na 63ª posição em ciências, 59ª em leitura e 66ª em matemática (PAIVA, 2016).

Com relação a Portugal, o resultado do PISA 2015 evidenciou que os alunos portugueses ficaram pela primeira vez acima da média dos países da OCDE, e obtiveram a 22ª posição em ciências, 21ª em leitura e 29ª em matemática (ORGANISATION..., 2016).

Os resultados do PISA são importantes porque permitem avaliar o que os distintos países têm feito para superar os baixos índices de leitura das crianças, bem como os seus conhecimentos em ciências e matemática. Esses resultados oportunizam refletir acerca das políticas públicas educacionais para alavancar a condição de melhor educação para todos nos países com baixo desempenho.

Para a elaboração do PNL e do PNLL, o PISA foi uma das principais referências tanto em Portugal como no Brasil. Ambos justificaram a criação das suas políticas públicas de promoção do livro e da leitura como parte de uma função educacional e social do Estado.

Para ambos os países, a contribuição para o desenvolvimento sustentável da nação tem um significado. Para Portugal, que é um país em situação desfavorável em relação às outras economias da Europa, investir em leitura é uma questão para fomentar a ascensão da nação. Para o Brasil, que é um país com grandes abismos sociais e econômicos, investir em leitura é uma questão intimamente ligada à abolição de tais contrastes.

3 METODOLOGIA

A pesquisa tem delineamento documental, qualitativo e é exploratória. Gil (1999) entende que na pesquisa documental a fonte de informação consultada está isenta de qualquer tratamento analítico prévio, opondo-se, no caso, à pesquisa bibliográfica.

Para Richardson (2012), a pesquisa qualitativa “[...] pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.” (p. 90). Desse modo, o objetivo da pesquisa, de apresentar as intencionalidades do PNL de Portugal e PNLL do Brasil, enquadra-se nesse tipo de estudo.

Para analisar os dados, recorreu-se à aplicação do método de pesquisa Análise de Conteúdo. Bardin (2016) o define como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.” (p. 44). Para operacionalizá-lo, o pesquisador lançou mão da técnica de análise temática, que, na maioria das vezes, prevê a elaboração de um sistema categorial (BARDIN, 2016).

É importante comunicar, contudo, que esse método possui três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A pré-análise “Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas.” (BARDIN, 2016, p. 125). Esse é o momento em que ocorrem as leituras flutuantes e a escolha dos documentos.

A fase de exploração do material “Consiste no processo através do qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo expresso no texto.” (OLIVEIRA, 2008, p. 572).

Bardin (2016) considera que a etapa de exploração do material consiste na aplicação sistemática das decisões tomadas.

O Quadro 1, a seguir, apresenta o sistema de categorias da pesquisa. Esse sistema está dividido em ‘categoria’ e ‘indicador’.

O ‘indicador’ é a vertente do sistema categorial que conduz o conteúdo do corpo documental para dentro de uma única categoria.

Outro ponto importante a ser destacado é que esse sistema de categorias foi elaborado *a posteriori*, isto é, quando o analista do conteúdo elabora as categorias com base no que foi depreendido de uma ‘leitura flutuante’ do corpo documental, como nas palavras de Bardin (2016). A ‘leitura flutuante’ nada mais é do que uma leitura prévia do material de análise – o corpo documental.

Quadro 1 – Sistema de categorias.

Categoria I	Promoção da leitura	
	Indicadores	
	Indicador A	Para o desenvolvimento social
	Indicador B	Para atingir melhores scores nacionais e internacionais
Categoria II	Asseguração da prática leitora	
	Indicadores	
	Indicador D	Por meio da criação de instrumentos de aferição
	Indicador E	Por meio da criação e manutenção de bibliotecas e espaços de leitura
Categoria III	Qualificação para profissionais do universo da leitura	
	Indicadores	
	Indicador F	Com foco nos profissionais mediadores da leitura
	Indicador G	Com foco nos profissionais da cadeia produtiva do livro
Categoria IV	Produção livresca	
	Indicadores	
	Indicador H	Foco na circulação de obras não restritivas
	Indicador I	Foco na bibliodiversidade
	Indicador J	Foco na projeção de autores lusófonos
Categoria V	Incentivo à formulação de políticas públicas do livro e leitura	
	Indicadores	
	Indicador K	Elaboração de planos do livro e leitura
	Indicador L	Vinculação entre bibliotecas públicas e escolares
Categoria VI	Concessão de prêmios e bolsas para o universo da leitura e práticas literárias	
	Indicadores	
	Indicador M	Incentivar com prêmios
	Indicador N	Incentivar com bolsas de estudo

Fonte: dados da pesquisa.

A seguir, o Quadro 2 apresenta os códigos atribuídos a cada um dos documentos analisados, códigos estes que identificam a qual documento pertence cada uma das unidades de registro recortadas.

Quadro 2 – Políticas públicas de promoção do livro e leitura e suas codificações

	País	Título do documento	Código do documento
1	Portugal	Plano Nacional de Leitura (PNL)	DOC-A
2	Brasil	Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)	DOC-B

Fonte: dados da pesquisa.

Em seguida, o Quadro 3 apresenta o processo de sistematização do conteúdo a ser analisado. Esse quadro é formado pelas categorias, que vão de I a VI, presentes na primeira coluna, pelos indicadores, que vão de A a N, na segunda coluna, e pelas unidades de registro, localizadas na terceira coluna.

Quadro 3 – Processo de sistematização do conteúdo.

Categoria	Indicador	Unidade de registro
Categoria I	Indicador A	
Promoção da leitura	Para o desenvolvimento social	<p>“Promoção da leitura como fato e fator de desenvolvimento individual e nacional” (DOC-A).</p> <p>“Produção de um contexto social benéfico à leitura” (DOC-A).</p> <p>“Assegurar o acesso à leitura e à informação a todos os brasileiros, com especial atenção às minorias, grupos étnicos, tradicionais, entre outros, conforme a legislação brasileira” (DOC-B).</p> <p>“Assegurar o acesso à leitura e à informação a todas as pessoas com deficiência, conforme a legislação brasileira” (DOC-B).</p> <p>“Contribuir para a formação de leitores autônomos, buscando, de maneira continuada, substantivo aumento do índice nacional de leitura e do nível qualitativo das leituras realizadas, considerando os diferentes públicos” (DOC-B).</p>
	Indicador B	
	Para atingir melhores scores nacionais e internacionais	“Consecução de resultados positivos nos estudos nacionais e internacionais de avaliação de literacia” (DOC-A).
	Indicador C	
	Com a realização de eventos	“Apoiar eventos de promoção e circulação do livro e da leitura, como feiras de livros e eventos literários, por exemplo” (DOC-B).
Categoria II	Indicador D	
Asseguração da prática leitora	Por meio da criação de instrumentos de aferição	“Inventário e valorização de práticas pedagógicas e outras ações de incentivo ao prazer da leitura” (DOC-A).
		“Definição de instrumentos que estabeleçam metas precisas para o desenvolvimento da leitura” (DOC-A).
		“Apoiar e realizar pesquisas em âmbito nacional, regional e local, que identifiquem as práticas e capacidades de leitura, relacionando-as com

		<p>indicadores sociais, educacionais, culturais e econômicos, compreendendo a leitura como vetor estratégico para o desenvolvimento” (DOC-B).</p> <p>“Fomentar e implementar núcleos voltados à produção de estudos, pesquisas e indicadores nas áreas da leitura, da biblioteca e do livro em universidades e outras instituições” (DOC-B).</p>
	Indicador E	
	<p>Por meio da criação e manutenção de bibliotecas e espaços de leitura</p>	<p>“Assegurar a implantação, modernização e qualificação de espaços, instalações e equipamentos, bem como a formação e desenvolvimento de acervos, de modo a garantir serviços de qualidade em bibliotecas escolares e nas de acesso público nos municípios brasileiros” (DOC-B).</p> <p>“Incentivar e fomentar a criação, manutenção, modernização e expansão permanente de bibliotecas e espaços de leitura e de convivência e promoção literária, considerando a acessibilidade e a diversidade física, geográfica, arquitetônica e cultural brasileira” (DOC-B).</p> <p>“Incentivar e fomentar a constituição de acervos que garantam a produção local, territorial e nacional, que preservem a memória e contribuam para o entendimento da diversidade cultural brasileira” (DOC-B).</p> <p>“Incentivar e fomentar a informatização de catálogos online, com vistas a dar visibilidade da bibliodiversidade, da produção editorial brasileira e ampliar o acesso aos registros bibliográficos dos acervos das bibliotecas do País, fomentando a cooperação entre elas e o estabelecimento de sistemas e redes de informação e leitura locais, territoriais e nacionais” (DOC-B).</p>
Categoria III	Indicador F	
<p>Qualificação para profissionais do universo da leitura</p>	<p>Com foco nos profissionais mediadores da leitura</p>	<p>“Elevação das competências dos agentes sociais envolvidos na leitura (professores, bibliotecários, mediadores de leitura formais e informais) (DOC-A).</p> <p>“Fomentar a formação continuada e o intercâmbio de gestores públicos, professores, bibliotecários, mediadores e agentes de leitura, contribuindo para o compartilhamento de experiências, uso e aplicação de tecnologias sociais para a promoção da leitura e o acesso à informação” (DOC-B).</p>
	Indicador G	
	<p>Com foco nos profissionais da cadeia produtiva do livro</p>	<p>“Fomentar e apoiar a formação e qualificação profissional dos atores que compõem a cadeia produtiva e criativa do livro” (DOC-B).</p>
Categoria IV	Indicador H	
<p>Produção livresca</p>	<p>Foco na circulação de obras não restritivas</p>	<p>“Incentivar e fomentar a produção e a distribuição de publicações de circulação gratuita, em diferentes suportes e/ou formatos em todo o território nacional” (DOC-B).</p> <p>“Incentivar e fomentar o debate sobre a utilização de cópias não restritivas (copyleft e creative commons),</p>

		que garantam os direitos de autor e contemplem os direitos de socialização e acesso à cultura escrita” (DOC-B).
	Indicador I	
	Foco na bibliodiversidade	<p>“Incentivar e fomentar a criação e manutenção de livrarias no País” (DOC-B).</p> <p>“Incentivar e fomentar a produção, publicação, circulação, distribuição e comercialização de livros e outras publicações nacionais em seus diferentes formatos e suportes, atendendo também as expressões da bibliodiversidade e memória brasileira, buscando o aumento de títulos editados e impressos no País” (DOC-B).</p> <p>“Mapear, cadastrar e acompanhar continuamente livrarias, pontos de venda e demais ações de comercialização de livros e outras publicações em diferentes formatos e suportes de leitura” (DOC-B).</p>
	Indicador J	
	Foco na projeção de autores lusófonos	“Fomentar a exportação de livros e o número de autores brasileiros traduzidos no exterior” (DOC-B).
Categoria V	Indicador K	
Incentivo à formulação de políticas públicas do livro e leitura	Elaboração de planos do livro e leitura	<p>“Incentivar e fomentar a criação, a implementação e a institucionalização dos planos estaduais e municipais do livro e leitura” (DOC-B).</p> <p>“Identificar, cadastrar, monitorar e disponibilizar informações atualizadas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas com vistas à qualificação das políticas públicas para a área” (DOC-B).</p>
	Indicador L	
	Vinculação entre bibliotecas públicas e escolares	“Consolidação e ampliação do papel da Rede de Bibliotecas Públicas e da Rede de Bibliotecas Escolares no estímulo aos hábitos de leitura” (DOC-A).
Categoria VI	Indicador M	
Concessão de prêmios e bolsas para o universo da leitura e práticas literárias	Incentivar com prêmios	“Conceder prêmios de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura” (DOC-B).
	Indicador N	
	Incentivar com bolsas de estudo	“Incentivar e fomentar programas de bolsas de criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias nacionais e internacionais” (DOC-B).

Fonte: dados da pesquisa.

Desse modo, chegou-se a fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação do método. É nela que os resultados brutos são tratados.

Os resultados devem ser “falantes”, isto é, devem conferir informações válidas por meio de procedimentos estatísticos, quadros, diagramas, figuras ou ainda modelos, pois, desse modo, o analista tem a possibilidade de realizar interpretações em tessitura com o quadro teórico inicialmente construído ou

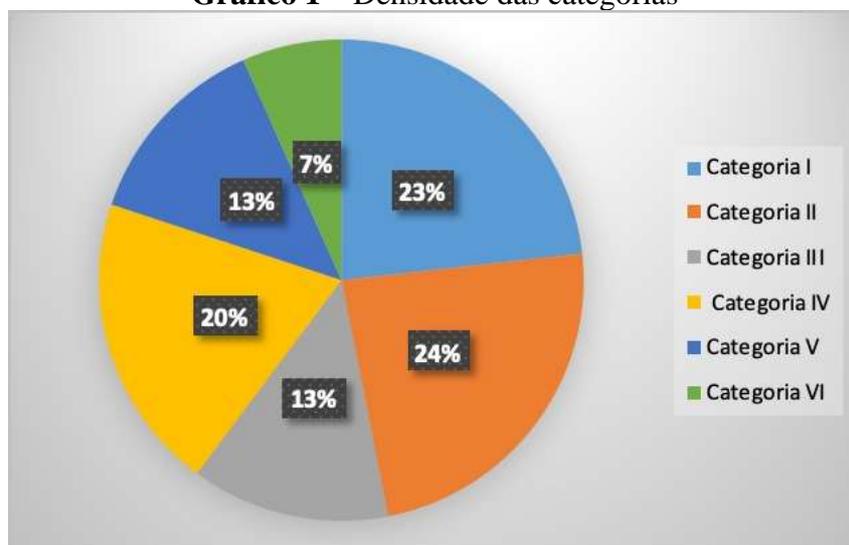


ainda abrir pistas em torno de novas dimensões tanto teóricas quanto interpretativas, sugeridas pela leitura do próprio corpo documental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante a sistematização feita, algumas inferências podem iniciar a discussão. O Gráfico 1 inaugura o momento da análise ao apresentar a densidade de cada categoria do sistema de categorias.

Gráfico 1 – Densidade das categorias



Fonte: dados da pesquisa.

Compreende-se que as categorias ‘I’ e ‘II’, ‘Promoção da leitura’ e ‘Asseguração da prática leitora’, respectivamente, têm valores de densidade próximos. A primeira tem 7 unidades de registro, ou 23%, e a segunda tem 8 unidades, ou 24%.

No entanto, percebeu-se que a ‘Categoria IV’, ‘Produção livresca’, detém também um valor expressivo desse total de unidades de registro. São 6 unidades que representam pouco mais de 20% do total.

Desse modo, fica evidente que a promoção da leitura, a assegurar da prática leitora e a produção livresca, nessa ordem, são as categorias mais expressivas do estudo porque representam juntas 21 unidades de registro do total de 29, ou pouco mais de 67% do total.

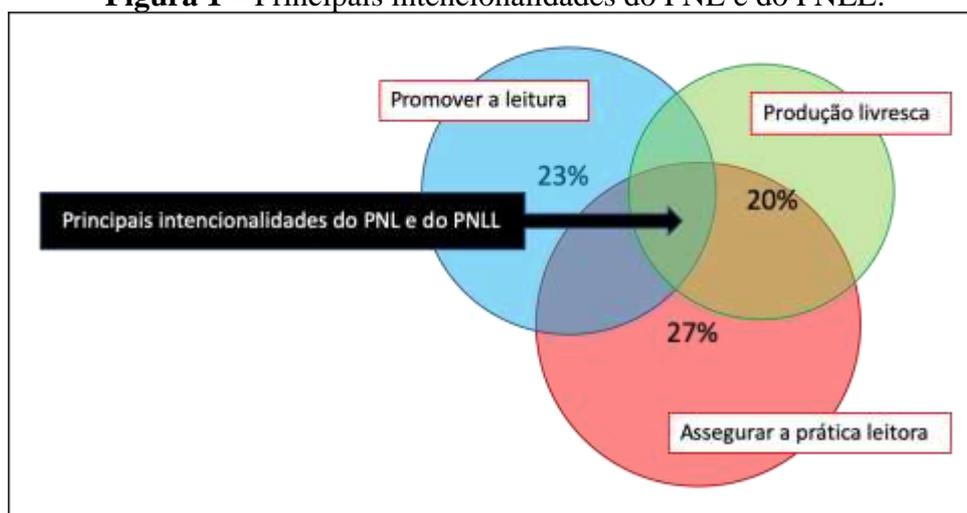
O grau de expressividade das categorias foi determinado pelo cálculo do valor médio destas. Na fórmula $x = \frac{x+x+x+\dots+x}{n}$, os numeradores, que dizem respeito a quantidade de unidades de registro por categoria, são formados pelo valor total de 29 unidades de registro. Na verdade, os numeradores são apresentados por seis números inteiros que juntos somam esse valor.

Já o valor do denominador da equação é 6, exatamente por este ser o número de categorias existentes no sistema de categorias. Logo, a equação adquire os seguintes valores: $x = \frac{7+8+6+3+3+2}{6}$, em que x é igual a 4,83.

Em virtude disso, por esse estudo trabalhar com valores inteiros, as categorias com 5 ou mais unidades de registro foram consideradas de maior expressividade, entendidas, portanto, como as de principal intencionalidade no PNL e no PNLL. Logo, as categorias que tenham menos de 5 unidades de registro foram consideradas com intencionalidades menos expressivas.

Com base nas informações supramencionadas, é possível inferir, então, que o PNL e o PNLL debruçam-se, majoritariamente, sobre os seguintes objetivos: promover a leitura, assegurar a prática leitora e a produção livresca em ambos os países. A Figura 1 exhibe a relação descrita.

Figura 1 – Principais intencionalidades do PNL e do PNLL.



Fonte: dados da pesquisa.

A assegurar a leitura visa promover a leitura de modo efetivo nas sociedades brasileira e portuguesa. A motricidade da promoção da leitura em um país decorre também de ações de cunho político que visem assegurá-la. E a produção livresca é um dos pilares que suportam a realização contínua dessa atividade.

As demais categorias, a saber, ‘III’, ‘V’ e ‘VI’, somam juntas cerca de 33%. Contudo, cada uma destas tem valor inferior a 20%.

A primeira corresponde a ‘Qualificação para profissionais do universo da leitura’, com 3 unidades de registro, ou 10%, a segunda diz respeito ao ‘Incentivo à formulação de políticas públicas do livro e

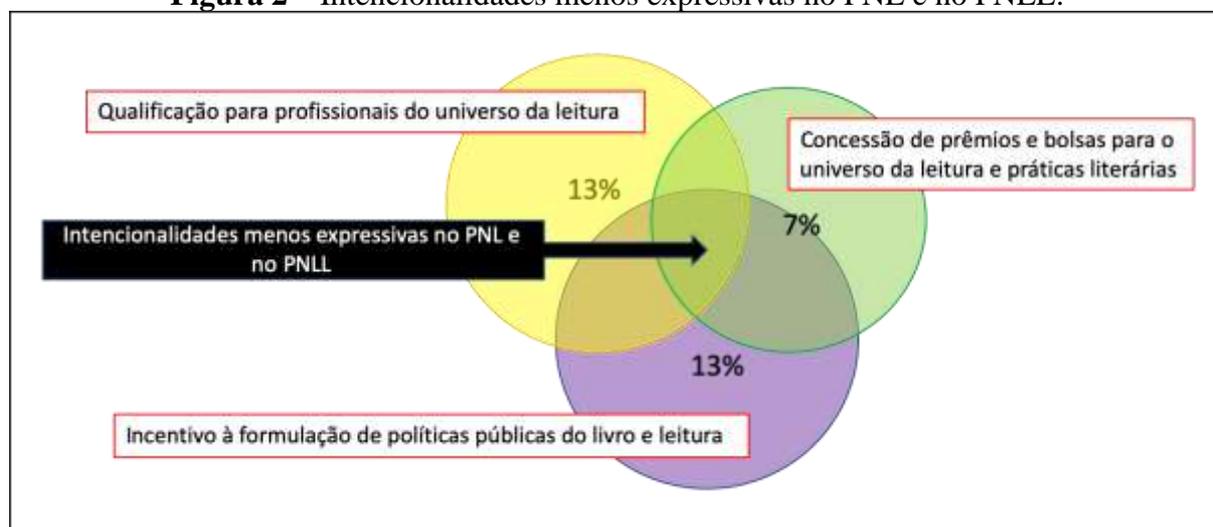
leitura’, com os mesmos valores da anterior, e a terceira é a que aborda a ‘Concessão de prêmios e bolsas para o universo da leitura e práticas literárias’, com 2 unidades de registro, ou 7%.

Dessa análise, o entendimento que emana é que qualificar profissionais do universo da leitura, incentivar a formulação de políticas públicas, bem como conceder prêmios e bolsas para iniciativas de leitura e prática literária são intencionalidades pouco evidentes para se promover o livro e a leitura, quando comparadas com as intencionalidades ligadas às categorias ‘I’, ‘II’ e ‘IV’.

O incentivo à formulação de políticas públicas do livro e leitura auxilia na manutenção da garantia dos direitos humanos fundamentais ligados à educação, e, por isso, políticas públicas nesse segmento devem ser formuladas. Assim, ficam garantidas as ações para salvaguardar a promoção da leitura, a asseguuração da prática leitora, a qualificação para profissionais do universo da leitura, a produção livresca e a concessão de prêmios e bolsas para o universo da leitura e práticas literárias.

No entanto, embora essas ações sejam fundamentais no que tange à manutenção de um sistema coeso, coerente e funcional de promoção do livro e leitura na sociedade, estas foram identificadas como menos expressivas, devido aos seus valores de unidades de registro, que são inferiores ao valor médio de 4,83, ou 5, se forem considerados os números inteiros, como essa pesquisa tem feito. A Figura 2 destaca essas ações.

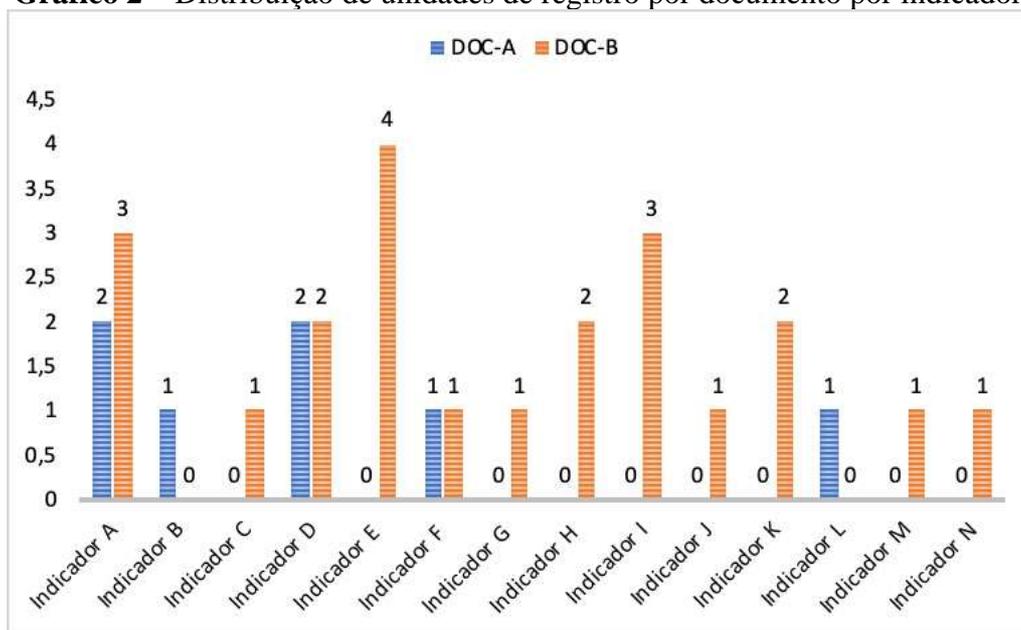
Figura 2 – Intencionalidades menos expressivas no PNL e no PNLL.



Fonte: dados da pesquisa.

O Gráfico 2, a seguir, evidencia a distribuição de unidades de registro por documento por indicador.

Gráfico 2 – Distribuição de unidades de registro por documento por indicador.



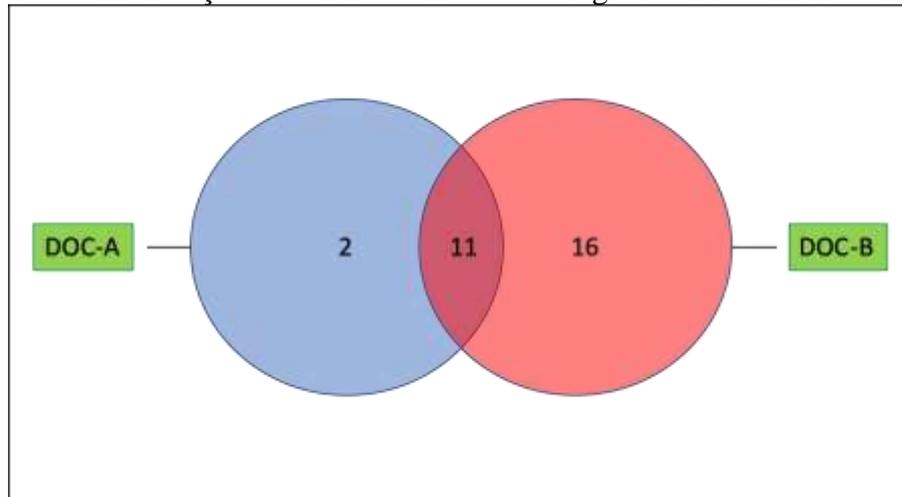
Fonte: dados da pesquisa.

O que se vê de imediato no gráfico é que é o documento PNLL (DOC-B) é o que tem mais unidades de registro distribuídas ao longo dos indicadores. O PNL (DOC-A), contudo, tem distribuição de unidades tímida entre os indicadores do sistema de categorias. Enquanto o DOC-B aparece em 12 de 14 indicadores do sistema, o DOC-A pode ser visto em apenas 5 do total.

Desse modo, ao se enxergar a distribuição de indicadores por documento, conclui-se, até esse ponto, que, na verdade, as intencionalidades mais e menos expressivas estão muito mais ligadas ao PNLL do que propriamente ao PNL.

Vista na Figura 3, adiante, a intersecção entre ambos os documentos corresponde ao valor de 11 unidades de registro. Isoladamente, o PNL, que é o DOC-A, tem apenas 2 unidades de registro, enquanto que o PNLL, que é o DOC-B, tem 16.

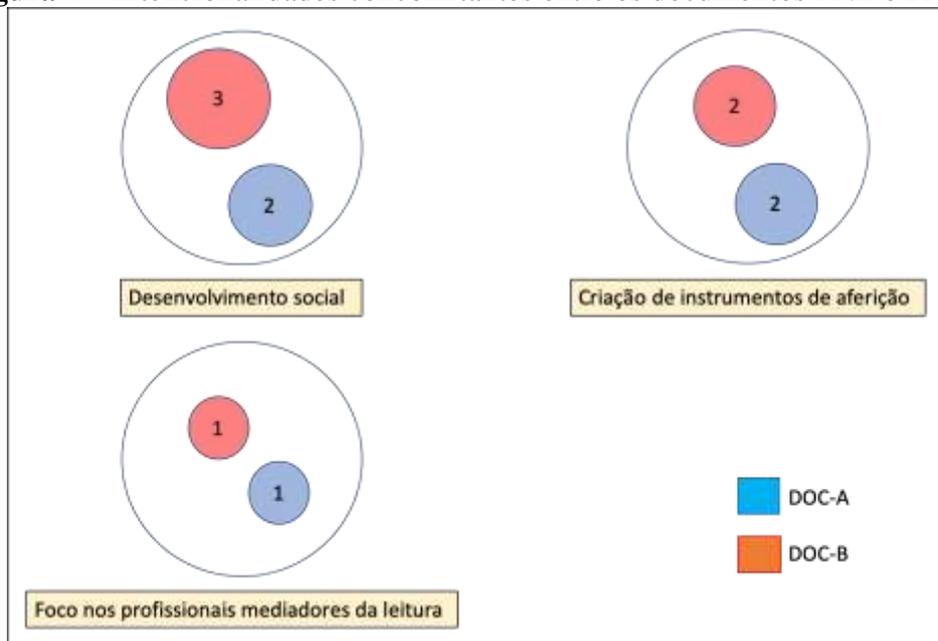
Figura 3 – Intersecção do valor de unidades de registro entre o PNL e o PNLL.



Fonte: dados da pesquisa.

Com base nessa evidência, reconsiderou-se as intencionalidades inicialmente calculadas, agora feitas com base na intersecção entre ambos os documentos. Assim, a Figura 4 exhibe as intencionalidades de ambos.

Figura 4 – Intencionalidades concomitantes entre os documentos PNL e PNLL.



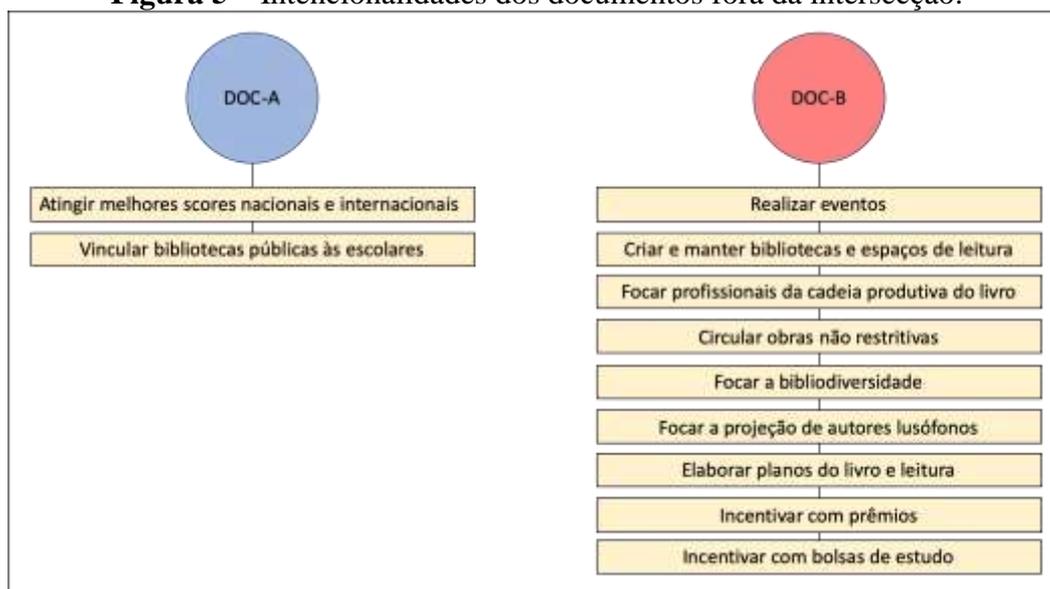
Fonte: dados da pesquisa.

Mediante a ilustração, afirma-se que, concomitantemente, as intencionalidades dos documentos PNL e PNLL para suas respectivas sociedades, isto é, a portuguesa e a brasileira, nessa ordem, são promover a leitura para que haja desenvolvimento social, assegurar a prática leitora por meio da criação de

instrumentos de aferição de leitura e qualificar profissionais do universo da leitura, com foco nos mediadores desta.

No entanto, fora da análise da intersecção, os documentos isoladamente também revelam suas intenções. A seguir, a Figura 5 apresenta essas informações.

Figura 5 – Intencionalidades dos documentos fora da intersecção.



Fonte: dados da pesquisa.

Ao passo que o DOC-A, fora da intersecção, tem como intencionalidades atingir melhores *scores* nacionais e internacionais em leitura e vincular as bibliotecas públicas às escolares, o DOC-B tem arrolado a si mais intencionalidades que o documento anterior.

Destaca-se que as intencionalidades do DOC-B, fora da intersecção, são realizar eventos, criar e manter bibliotecas e espaços de leitura, focar profissionais da cadeia produtiva do livro, circular obras não restritivas, focar a biodiversidade, focar a projeção de autores lusófonos, elaborar planos do livro e leitura, realizar incentivos com prêmios e com a concessão de bolsas de estudo.

Portanto, ao interpretar a Figura 5, a mensagem que fica é que o PNL tem menos expressividade no que diz respeito às suas intenções, e o PNLL, comparado à política pública anterior, se mostrou mais expressivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo apresentar as intencionalidades dos documentos portugueses PNL e do brasileiro PNLL para seus respectivos âmbitos sociais. O objetivo foi alcançado com o apoio da técnica de análise temática do método de pesquisa Análise de Conteúdo.

As categorias foram criadas com base na leitura prévia dos documentos, e isso permitiu que o conteúdo destes fosse posteriormente categorizado. Isso feito, pôde-se analisar descritivamente os dados vinculados ao sistema de categorias. Figuras ilustraram as evidências encontradas.

O PNL e o PNLL surgiram na mesma época, em 2006. Ambos emergiram como política de Estado que tenta responder às demandas educacionais das suas respectivas sociedades. Isso tem a ver com o reconhecimento dos governos, à época, de que a educação é um caso de política pública e merece a devida atenção.

Notoriamente, as políticas públicas PNL e PNLL objetivam que o uso do livro e das bibliotecas seja uma prática real nas suas sociedades imediatas – a portuguesa e a brasileira – para promover e assegurar a leitura nestas. Entretanto, mesmo que haja sincronia nesse sentido, e mesmo que ambas tenham sido formuladas em meados de 2006, isoladamente observa-se alguns distanciamentos de intenção na política portuguesa que são presentes na brasileira.

No entanto, concluir que a PNL tem menos expressividade no que diz respeito às suas intenções não tem relação com entender que esta seja menos efetiva que a PNLL, e vice-versa. Para se confirmar tal pressuposto, dever-se-á empreender um estudo que objetive tal resposta, e esse não foi o objetivo dessa pesquisa. Assim, fica registrada uma sugestão de estudo futuro nesse âmbito, que é apresentar as ações e os atores que possibilitam ser efetivos em seus respectivos países o PNL e o PNLL.

Essa pesquisa finda ao se registrar que as políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas importam à causa maior de reduzir discrepâncias sociais, no que se refere à aproximação das pessoas em maior estado de vulnerabilidade à educação, cultura, informação e conhecimento.

Problematizar políticas públicas na área de Ciência Social Aplicada é um ato heroico-acadêmico que vai no sentido louvável de constituir conhecimentos e veicular narrativas científicas a fim de construir sociedades mais justas, igualitárias, democráticas e equânimes não só no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALÇADA, Isabel. **O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados**. Alfragide: Caminho, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Ministério da Educação; Ministério da Cultura: Brasília, 2010.
- CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MANEVY, A. PNLL: um símbolo de mudança na política cultural. *In*: MARQUES NETO, J. C (org.). **PNLL: textos e histórias**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editorial, 2010. p. 137-138.
- OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez. 2008. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2020.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **PISA 2015 Results**. Paris: OECD, 2016. Disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- PAIVA, T. **Brasil mantém últimas colocações no Pisa**. Carta Educação. São Paulo: Confiança, dez. 2016. Disponível em:
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ROCCO, M. T. F. **A importância da leitura na sociedade contemporânea e o papel da escola nesse contexto**. Série Ideias, n. 13. São Paulo: FDE, 1994, p.37-42.
- ROMÃO, L. M. S.; PACÍFICO, S. M. R. **Leituras em discurso: a literatura infantil na sala de aula**. Ribeirão Preto: Alfabeta, 2010.
- SANTOS, M. L. L.; NEVES, J. S.; LIMA, M. J.; CARVALHO, M. **A leitura em Portugal**. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação - GEPE, 2007. Disponível em: <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/data/estudos/ficheiros/leitura-portugal.pdf>. Acesso em 29 fev. 2020.
- SILVA, E. T. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura**. São Paulo: Cortez, 2011.
- WITTER, G. P. A leitura e o bibliotecário: considerações sobre especialização. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v.18, n.1, p. 24-38, mar. 1989.



EVIDENCING THE INTENTIONALITIES OF BOOK AND READING POLICIES: PUBLIC POLICIES FOR THE BOOK AND READING OF BRAZIL AND PORTUGAL

Abstract: The main goal of this study was to present the intentions of the National Reading Plan of Portugal and the National Book and Reading Plan of Brazil. It was carried out a study of qualitative, exploratory and documentary approaches. Methodologically, Laurence Bardin's Content Analysis research method was used, by applying its thematic analysis technique. It was obtained as a result that the intentions of the Portuguese National Reading Plan are to achieve better national and international reading scores and to link public libraries to school libraries. On the other hand, the intentions of the Brazilian National Book and Reading Plan are to hold events, create and maintain libraries and reading spaces, focus on professionals in the production chain of books, circulate non-restrictive works, focus on bibliodiversity, focus on the projection of Portuguese-speaking authors, elaborate book and reading plans, carry out incentives with prizes and scholarships. The intentions found at the intersection of both documents are to promote reading in order to have social development, to ensure the reading practice through the creation of reading measurement instruments and to qualify professionals in the universe of reading, focusing on the mediators of this reading. The study concluded that although the Portuguese National Reading Plan has less expressiveness regarding its intentions, this has nothing to do with understanding that it is less effective than the Brazilian National Book and Reading Plan, which requires a new investigation that would hold a new goal.

Keywords: Public Policies. Book. Reading. Brazil. Portugal.

